

SOFRIMENTO, GÊNERO E POLÍTICA

Lívia de Barros Salgado

Resumo: Durante a ditadura civil-militar no Brasil, as mulheres estiveram inseridas no cenário de luta armada e militância contra o regime. Pode-se supor que a participação das mulheres foi conduzida por uma tentativa de alterar aos tradicionais papéis de gênero. A memória social brasileira, contudo, ainda não recuperou o conteúdo do regime ditatorial que vigorou no país. É importante salientar que a construção da memória, seja ela individual ou coletiva, enfrenta, no Brasil, repressão no discurso político – controlado principalmente por esferas de poder tais como a do Estado, elites e meios de comunicação. Além disso, especificamente no que diz respeito às mulheres, existe a repressão também em função da hierarquia de gênero. Diante disso, objetiva-se – por meio de entrevistas realizadas no grupo *Tortura Nunca Mais*, do Rio de Janeiro – analisar, de forma comparativa, como homens e mulheres militantes que foram torturados pensam as formas de violência sofridas. A ideia é, à luz de uma reflexão teórica sobre gênero, apreender se há especificidades na forma de perceber o que foi vivenciado e se isso se liga ou não aos distintos universos, masculino e feminino.

Palavras-chave: Gênero; sofrimento; ditadura civil-militar.

Introdução

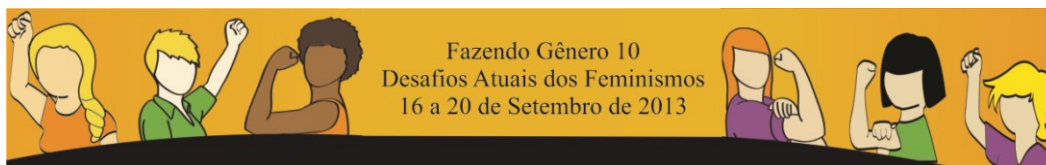
Durante a ditadura civil-militar que vigorou no país de 1964 a 1985, as mulheres estiveram inseridas no cenário de luta política. Pode-se supor que aquelas que militaram alteraram sua atitude em relação à posição de gênero e reconstruíram seu papel como atores políticos. Marcelo Ridenti argumenta que a participação feminina refletiu na libertação da mulher, uma vez que grupos de militância proporcionavam uma contestação das ordens estabelecidas nas questões políticas e de gênero. Ao mesmo tempo, o autor ressalta que, ainda que as reivindicações não tivessem explicitamente um caráter “feminista”¹ – o que só ocorreria nos anos 1970 e 1980 – a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico.²

Devem-se destacar os anos mais dolorosos da ditadura a partir de 1968, com o AI-5³. Após o referido Ato, o traço ditatorial do governo foi ampliado, e resultou no recesso do Congresso

¹ Para um maior debate sobre o feminismo no Brasil, Cf. SOIHET, Rachel. Feminismo ou Feminismos? Uma Questão no Rio de Janeiro nos Anos 1970/1980. In: Cristiani Bereta da Silva; Gláucia de Oliveira Assis; Rosana C. Kamita. (Org.). Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, v. 1, p. 17-30.

² RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social; Rev. Sociol, USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990, p. 113-114.

³ O pretexto para a edição do AI-5 foram alguns discursos de Marcio Moreira Alves, debutado pelo MDB da Guanabara, que, em 1968, chamou o Exército de torturador e carrasco. Cf. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



Nacional e das Assembleias legislativas. Assim, o governo passou a ter poder para cassar mandatos e suspender direitos políticos dos cidadãos. Nesse contexto foi generalizado o uso da tortura, do assassinato e outros desmandos.

A memória social brasileira, contudo, ainda não recuperou o conteúdo do regime. Tal recuperação, de acordo com Maurice Halbwachs, é fundamental para a vida social e para a reconstrução da memória coletiva, pois a mesma possibilita a reinvenção de um passado e contribui para interpretações do presente.⁴ A construção dessa memória enfrenta, porém, repressão no discurso político. Como exemplo, é possível mencionar a dificuldade de implementar uma Comissão que investigue, de fato, os crimes cometidos durante a ditadura. Além disso, especificamente no que diz respeito às mulheres, existe a repressão também em função da sua posição na hierarquia de gênero.

A década de 1960 no Brasil foi um período de profundas mudanças⁵, as quais possibilitaram o surgimento de novas aspirações e projetos individuais alternativos⁶ ao que era estabelecido tradicionalmente, principalmente em relação às mulheres. O estímulo que receberam para estudar, a maior inserção no ensino superior e a participação em atividades associadas ao mundo público e político, possibilitaram a essas mulheres a ruptura com os papéis de gênero estabelecidos.⁷ Em meio a esse campo de possibilidades, o projeto político de luta contra o regime foi elaborado.⁸

Ser mulher, porém, já era um empecilho para a valorização das mulheres nas organizações. A divisão do trabalho da sociedade refletia entre os membros do partido, o que deixava os homens com a política e o trabalho fora de casa e as mulheres no interior da casa.⁹ Cecília Coimbra afirma que se viu em uma dessas situações, pois sua função na organização era cozinhar para os

⁴ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

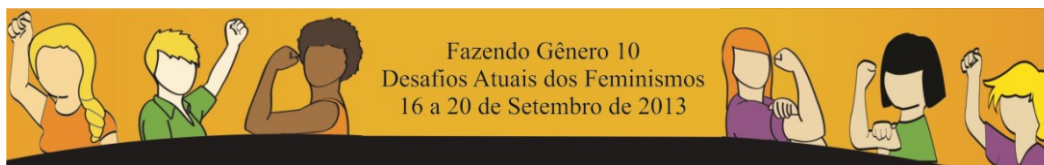
⁵ RIDENTI, Marcelo Siqueira. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

⁶ VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991.

⁷ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 235.

⁸ Os indivíduos estão sempre inseridos em diversas categorias sociais. A partir disso, existe a possibilidade de o indivíduo engajar em um projeto, seja ele coletivo ou individual, que dê sentido às suas orientações, traçando suas trajetórias e organizando suas identidades. Os projetos são elaborados a partir de experiências sócio-culturais e interpretações. Portanto, não existe um projeto individual “puro”, na medida em que ele é formulado dentro de paradigmas culturais existentes. In: VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. (...) Op. cit. Nesse sentido, as motivações das mulheres militantes devem ser compreendidas dentro de um projeto coletivo político, através do qual se buscava a democratização da sociedade.

⁹ GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada. In: XX ANPOCS, 1996, Caxambu. XX ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1996.



companheiros¹⁰. Nesse sentido, “ser militante” exigia que as mulheres negassem a sua individualidade em função do partido e reforçava os papéis masculino e feminino, no qual a mulher era considerada inferior. A função delas, muitas vezes, restringia-se a servir de fachada para os homens em ação ou, por serem esposa dos militantes, estavam impedidas de participar efetivamente porque deveriam cuidar dos filhos e se ocupar da vida doméstica¹¹.

Apesar da distinção aparente de gênero, somente no final da década de 1970 vieram à tona as questões que estavam encobertas pelo temor de prejudicar uma causa mais urgente, que era a democratização do país. Segundo Soihet, consolidou-se a consciência de que a “igualdade” entre mulheres e homens era mais uma retórica e que era necessário articular o projeto político contra a opressão social e as questões em torno das relações de gênero¹². Tal fato evidencia o caráter dinâmico dos projetos, que antes eram formulados contra o Estado autoritário, e depois foram formulados em relações ao gênero. É nesse sentido que Velho afirma que não existe um projeto individual puramente interno, na medida em que os indivíduos estão sujeitos à ação de outros atores e às mudanças sócio-históricas¹³.

Objetivos e metodologia

Diante do exposto, objetivo do artigo, que faz parte do projeto de dissertação de mestrado no PPGCS-UFRRJ, a qual se encontra em andamento, é analisar, de forma comparativa, como homens e mulheres militantes pensam as formas de violência sofridas. A ideia é, à luz de uma reflexão teórica sobre gênero, apreender se há especificidades na forma de perceber o que foi vivenciado e se isso se liga ou não aos distintos universos, masculino e feminino.

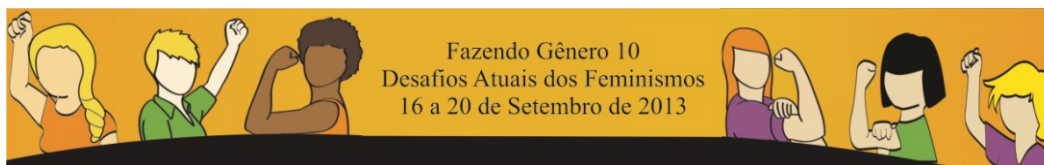
Acredita-se que, por meio de tal pesquisa, será possível repensar gênero a partir da perspectiva da violência, uma vez que se pressupõe que tais mulheres expressavam-se em uma zona de silêncio. Sendo assim, entender, tanto para o universo masculino quanto para o feminino o que é falar ou silenciar é um dos caminhos possíveis para um entendimento da relação entre gênero e violência e sofrimento.

¹⁰ COIMBRA, C. Gênero, militância, tortura. In: Ferrez, E. (Org.). 68 a geração que queria mudar o mundo: relatos. Brasília: Ministério da Justiça / Comissão de Anistia, 2011.

¹¹ GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. (...). Op. cit., p. 241.

¹² SOIHET, Rachel. Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. Revista la manzana de la discordia, v. Nº 3, p. 37-53, 2007.

¹³ VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura (...). Op. cit., p. 31.



Parte-se do pressuposto de que produzir narrativas nos dias atuais sobre o período do regime militar possibilita perceber diferentes formas de agência, tanto masculina como feminina. Como mostrou Das¹⁴, a suposta vulnerabilidade feminina corroboraria com a polarização entre vítima e agressor, agência e opressão, colocando a mulher na condição de passiva, sem poder de agência. Quando há a possibilidade de agir, a mulher é percebida como transgressora, como se sua agência só fosse possível mediante a transgressão e enfrentamento a lei.

Acredita-se que, por meio de tal pesquisa, será possível entender, tanto para o universo masculino quanto para o feminino, o que é falar ou silenciar a violência sofrida. Com o intuito de efetivar tal proposta, será realizada pesquisa de campo no grupo *Tortura Nunca Mais* (GTNM), do Rio de Janeiro. Serão feitas entrevistas com militantes do GTNM, os quais se manifestaram contra o regime. Além disso, serão analisados os depoimentos realizados na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a memória se apresenta como instrumento fundamental para a pesquisa.

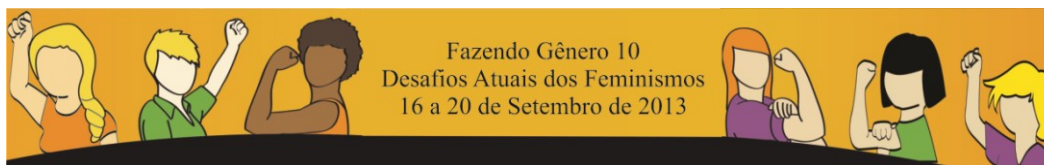
Como defendeu Veena Das, todas as pessoas tem que lidar com os eventos históricos.¹⁵ Segundo Das, a omissão de certos acontecimentos ocorre em virtude da “profunda energia moral na recusa de representar algumas violações do corpo humano, pois tais violências são vistas como sendo ‘contra a natureza’, definindo os limites da própria vida.” (DAS, 2011, p. 39). À luz dessa reflexão, a proposta é a de apreender, como homens e mulheres que viveram nesse cenário de ditadura militar e participaram como militantes, concebem distintamente a violência sofrida. Intenciona-se comparar as narrativas de sofrimento de forma a perceber como padrões de gênero conduzem formas de pensar e viver os eventos. Parte-se do pressuposto de que a vitimização feminina estaria mais ligada ao âmbito sexual do que no que diz respeito ao homem.

Vale salientar que a memória é seletiva, não é tudo que fica gravado e registrado, “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLAK, 1992, p. 204). Tal organização evidencia que a mesma é um fenômeno construído, o qual pode ser tanto conscientes como inconscientes. Na medida em que se trata de uma construção, a memória sofre flutuações em virtude do momento no qual é articulada.

O processo de estruturação da memória coletiva se caracteriza pelas disputas e confrontos entre diferentes grupos sociais. A história que é imposta seleciona e ordena os fatos a partir de

¹⁴ DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

¹⁵ DAS, Veena. *Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos*. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol.14, n.40, pp. 31-42.



interesses dominantes. Desse modo, constroem-se zonas de silêncios e esquecimentos. Diante disso, Coimbra afirma que a memória histórica “oficial” tem sido o lado perverso da história, uma vez que é produzida a partir dos vencedores e apaga os vestígios dos opositores ao longo de suas experiências de resistência e luta.¹⁶ A autora ressalta, contudo, que, apesar da tentativa de silenciamento, as histórias vazam e reaparecem no meio social. Nesse sentido, falar delas é fortalecer ainda mais a memória ignorada, desqualificada e negada.

Deve-se ressaltar que a memória feminina sobre a luta política encontra ainda mais dificuldade para ser exposta, na medida em que existe a noção da mulher voltada para o espaço privado, o que contribui para que sua memória esteja ligada à família e ao íntimo, reforçando a sua posição na sociedade. O homem, por sua vez, tendo sua vida associada ao espaço público, encontra mais disponibilidade para a divulgação de sua memória.¹⁷

Diante da complexidade do tema e do sofrimento vivido por diversos militantes durante a ditadura no país, muitas são as barreiras encontradas para se ter acesso as informações. Seja pela impossibilidade de acesso aos arquivos oficiais do governo¹⁸, seja pelo silenciamento dos próprios militantes, o fato é que parte das histórias é desconhecida. Desse modo, os relatos orais podem contribuir para o enriquecimento de uma pesquisa na medida em que possibilita o estudo de temas que possuem pouco ou nenhum registro.

A memória oficial das ditaduras na América Latina, segundo Ferraz, não dá conta das questões que o passado suscita. Contudo, silêncios e esquecimentos estão dando lugar a memórias novas de lutas e projetos políticos, os quais foram silenciados por um tempo.¹⁹ As Comissões da Verdade, por exemplo, estão tornando possível a divulgação do depoimento de pessoas que sofreram durante o regime, como nos casos de Cecília Coimbra e Lúcia Murat, analisados abaixo. Além disso, o espaço do GTNM também evidencia que existem pessoas dispostas a falar e que fazem desse ato suas vidas, como no caso de Victória²⁰.

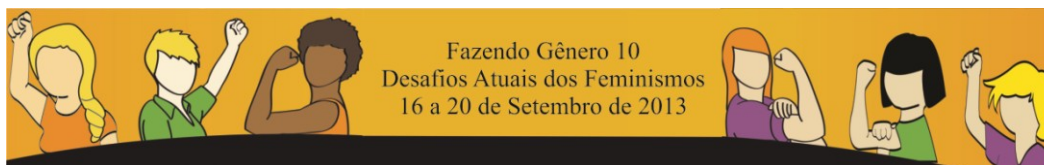
¹⁶ COIMBRA, C. Gênero, militância, tortura. (...) Op. cit., p. 3.

¹⁷ PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina” Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.18, ago-set. 1989.

¹⁸ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. (...) Op. cit., p. 169.

¹⁹ FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda; CHAGAS, Mario de Souza; ABREU, Regina (org.). Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007, p. 53.

²⁰ É comum em trabalhos que utilizem entrevistas que o nome dos entrevistados seja alterado, de modo que sua identidade seja preservada. Porém, quando questionada sobre o fato de revelar ou não seu nome na entrevista, Victória disse que poderia usar seu nome verdadeiro. É importante perceber que, em razão do lugar político ocupado por ela, é necessário que seu nome esteja vinculado a suas falas, pois trata-se de um posicionamento político que está disposta a defender. Victória tem um capital político associado a seu nome que contribui para dar ainda mais força a suas falas. Desse modo, expor seu nome é dar ainda mais credibilidade as palavras proferidas por ela. Cf. BOURDIEU, Pierre. A



Por dentro do grupo

O GTNM foi fundado, em 1985, por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos e se tornou uma referência importante no cenário nacional. O *Tortura* assumiu um compromisso na luta pelos direitos humanos e pelo esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes. Ademais, o grupo visa resgatar a memória, visando a formação de uma consciência ética, convicto de que estas são condições indispensáveis na luta hoje contra a impunidade e pela justiça.

A entidade tem denunciado antigos e novos casos de tortura, exigindo punição para aqueles que violam os direitos humanos. Na linha de valorização das experiências de luta, o grupo promove anualmente, há doze anos, a cerimônia de entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência²¹, homenageando pessoas e entidades que se destacaram na luta em prol dos direitos humanos no Brasil e no exterior.

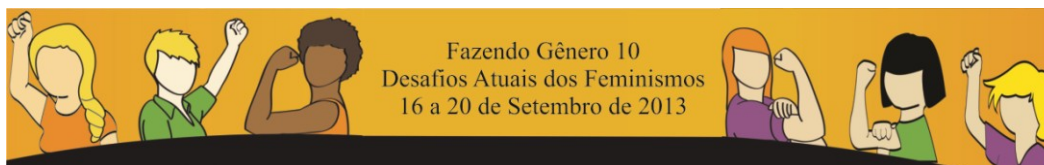
O GTNM recebe apoio financeiro anual do Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura, do qual o Brasil é também signatário, além da Comissão Europeia, da Anistia Internacional Sueca e da Organização dos Estados Americanos. Além disso, em função da crise europeia, os próprios “companheiros” – denominação esta que eles utilizam entre si – estão ajudando no sustento.

A maior parte das pessoas presentes nas reuniões são mulheres. Contudo, o gênero não se apresenta como uma questão fundamental. Tal fato não significa que o *Tortura* se coloque alheio a tais questões. Em um dos encontros, Victória disse ter sido acusada de ser “muito macho” em razão de sua postura política. A mesma se defendeu, alegando que era “muito é feminina”. Com isso, ela mostra que não quer ser comparada a um homem por suas atitudes e evidencia sua preocupação em não corroborar o estereótipo no qual a política é um espaço masculino, de modo que a mulher que participa teria que se tornar “muito macho” para poder fazer parte daquele ambiente.

Além disso, durante a entrevista, a mesma disse que esteve durante muito tempo envolvida diretamente com questões feministas, mas em função da sua militância no GTNM, preferiu deixar essas questões em um segundo plano e se dedicar exclusivamente ao *Tortura*. Tal fato, segundo ela, ocorreu, pois existem muitas feministas, enquanto no Grupo tem pouca gente para trabalhar.

representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: O poder simbólico. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

²¹ Segundo Joana Ferraz, a Medalha do Pacificador é uma das condecorações militares mais importantes para aqueles que colaboraram com a ditadura. Em resposta, o GTNM decidiu que faria a Medalha Chico Mendes de Resistência para homenagear mortos e desaparecidos, além de pessoas comprometidas com a luta pelos direitos humanos. In: FERRAZ, Joana D’Arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. (...) Op. cit., p. 50.



As reuniões do *Tortura* são abertas para todos aqueles que desejam frequentar. Sempre que há alguma pessoa nova na reunião, a Victória – que preside a mesa – pede que a pessoa se apresente. A maioria dos visitantes é de estudantes e pesquisadores que participam a fim de ampliar seus estudos. De fato, parece que o GTNM deseja que pessoas vindas de diferentes grupos sociais participem, pois, dessa forma, encontra um espaço maior para se fazer ouvir e se manifestar. No que diz respeito a essa maior visibilidade desejada, vale mencionar que os integrantes já percebem algumas mudanças, pois é recorrente a fala de que as lutas realizadas agora estão chegando a sociedade – em função da emergência de Comissões da Verdade – e que eles se sentem muito orgulhosos por isso.

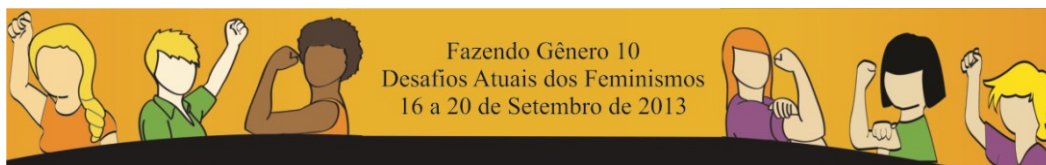
Durante um dos encontros, Cecília – uma das fundadoras do GTNM e atualmente vice-presidente – argumenta que os assuntos referentes ao regime militar estão se tornando públicos e que o grupo deve continuar pressionando para que avanços sejam possíveis. Outra integrante, porém, rebate alegando não ter esperança que as coisas melhorem, pois tudo ainda é muito “midiático”. Cecília, no entanto, argumentou que não se trata de esperança, pois considera a esperança como algo que transcende, mas que nunca se alcança. O que ela defende, na verdade, é que os assuntos estão surgindo, de modo que as histórias silenciadas pela ditadura vão aparecer.

Sobre os silenciamentos do campo

Os fatos não mencionados nas narrativas, assim como a dor sentida, constituem o indizível. Tais experiências da violência levantam questionamentos quanto à própria vida, e não apenas às formas que ela pode assumir. Segundo Das, a omissão de certos acontecimentos ocorre em virtude da “profunda energia moral na recusa de representar algumas violações do corpo humano, pois tais violências são vistas como sendo ‘contra a natureza’, definindo os limites da própria vida.”(DAS, 1999, p. 39).

Além disso, de acordo com Pollak, vale salientar que a memória é seletiva, não é tudo que fica gravado e registrado. A memória não necessariamente se refere à vida física da pessoa. A mesma sofre flutuações em virtude do momento no qual é articulada. Assim, nas palavras do autor, “As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória.” (POLLAK, 1992, p. 203).

De fato, existem aquelas pessoas que não estão dispostas a falar. No primeiro dia de trabalho de campo no GTNM, por exemplo, uma das integrantes já disse que não daria entrevista, pois já tinha feito muito isso. Foi a mesma que, algumas reuniões depois, disse que não tinha esperança. É



possível pressupor que o desgaste em lembrar as histórias e não ver avanços por parte das políticas de governo tenham feito com que ela evitasse falar sobre o assunto.

Para algumas pessoas, porém, falar é uma forma recuperar esse momento da história do país, mesmo que isso gere sofrimento. Em seu depoimento²², Cecília menciona a dificuldade de falar do período em que teve sua vida afetada pelo regime. Segundo ela, falar dos três meses em que esteve presa é falar de uma viagem ao inferno, marcada por sentimentos de desamparo, solidão, medo, pânico e desespero. Para ela, o objetivo da tortura não era fazer falar, mas calar através da dor, da humilhação e degradação. Além disso, Cecília menciona que a tortura destinada a mulher era “violentamente machista”, marcada por palavras ofensivas ditas de forma agressiva e violenta, com objetivo de anular a mulher que se encontrava naquela situação. Um exemplo de tal fato está presente na fala do então diretor do Dops, que a intimidava aos berros: “Fale, sua puta comunista, com quantos você trepou?”.

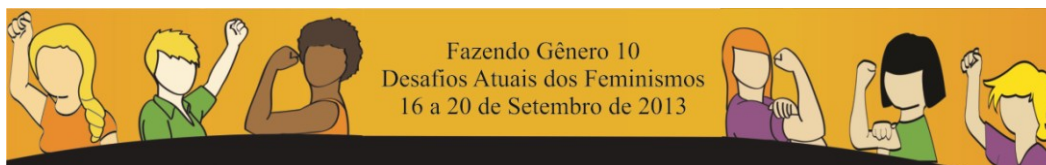
No depoimento dado por Lúcia²³, a mesma ressalta que as lembranças dos acontecimentos são confusas, pois as coisas se manifestam em sua memória, como se fossem *flashes*, sem continuidade. Além disso, ela menciona que sua descrição da tortura que sofreu jamais seria compatível com o que viveu, uma vez que trata-se de um “horror indescritível”. É importante perceber que, em vários momentos diferentes de seu depoimento, Lúcia argumenta que foi a pior coisa que viveu. Tal fato evidencia a fragilidade da pessoa diante da situação de tortura, que, segundo ela, era um método de aniquilamento progressivo, pois a tortura nunca parece ter fim.

Lúcia passou por um processo que o torturador chamava de *tortura sexual científica*. Nesse processo, ela ficava completamente nua com uma corda enrolada no pescoço, de modo que qualquer movimento de defesa para evitar o contato dos torturadores a enforcava e instintivamente fazia com que voltasse atrás. Ela diz que “eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos, como se fôssemos cúmplices de nossa dor.” Tal quadro evidencia, portanto, a total anulação daquele que está sendo torturado, tanto como pessoa quanto militante.

Assim como Cecília, Lúcia menciona conotação sexual que a tortura tinha, buscando a agressão emocional, na medida em que humilhava a mulher. Além disso, Lúcia também menciona as marcas que o regime deixou nela, tanto as físicas quanto as emocionais. Recuperar esse período não é um desejo de vingança ou masoquismo, mas, segundo ela, a única maneira de fortalecer a

²² Depoimento fornecido por Cecília às Comissões da Verdade, Estadual e Nacional. Encontra-se por escrito e foi disponibilizado pelo Grupo Tortura Nunca Mais em sua página no facebook.

²³ Depoimento dado por Lúcia Murat à Comissão Estadual da Verdade, na Alerj, no dia 28 de maio de 2013. Disponível em <http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1506981-depoimento-de-lucia-murat-a-comissao-da-verdade-do-rio>.



democracia do país e conhecer o passado, mostrando que foram cometidos crime de lesa-humanidade.

Em entrevista com Victória, ela afirma que, apesar de não ter sido presa viveu uma situação-limite enquanto esteve clandestina. A mesma revelou ter entrado na clandestinidade em 1964, saindo somente 1980, após a Lei de Anistia. Logo que ficou clandestina, Victória tirou uma nova documentação, passando a se chamar Tereza. Segundo ela, a clandestinidade é uma coisa inominável, pior do que ser preso, “pra quem for preso, claro, a tortura é inominável, mas depois da tortura, todo mundo que viveu na clandestinidade e foi preso sai da tortura e se você sobreviveu era melhor ficar preso do que na clandestinidade. (...) você sempre acha que você vai ser pego”

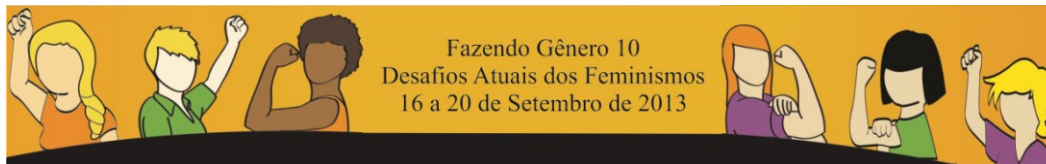
Questionada sobre a maneira como o regime comprometeu sua vida, Victória afirma que perdeu os anos mais importantes da vida do ser humano. Sua vida foi afetada em todos os ambitos. Enquanto era Tereza, ficou viúva – seu marido foi morto no Araguaia – e perdeu seu pai, também para a guerrilha. A ditadura fez com que ela tivesse que abrir mão da sua vida. Porém, afirma que faria tudo de novo, pois a militância lhe deu uma história e, portanto, sua vida não foi em vão, teve um sentido.

A partir do exposto, é possível inferir que a vida de Victória se confunde com a sua militância. A mesma afirma que tem que continuar lutando, pois se não fizer isso morre. Victória diz que “Eu não posso parar. Enquanto eu puder lutar, né... e vai ser até o dia que eu morrer. Ou vou ficar numa cama se eu não puder sair de casa, mas assim mesmo eu ainda puder falar e escrever, eu escrevo e falo.” Além disso, argumenta como se sua militância fizesse parte de sua “essência”, na medida em que afirma “Ta em mim. Eu sou filha de mãe e pai comunista, né?”

Conclusão

Tendo como base os depoimentos analisados no trabalho, é possível inferir que o regime afetou de maneira contundente a vida dessas mulheres. Mesmo que não de maneira direta, a questão do gênero esteve presente, sobretudo, no depoimento de Cecília, a qual denomina de “machista” o processo de tortura que foi submetida, alegando o caráter sexual que era atribuído às torturas realizadas contra as mulheres. As motivações para a militância, porém, parecem ter se dado em função da conjuntura em que o país se encontrava, deixando a questão do feminino em segundo plano.

A partir da hipótese de que as torturas com as mulheres apresentavam conotação sexual, pretende-se analisar, em outro momento, como tais práticas ocorriam em relação aos homens, com



o objetivo de perceber se a violência sexualizada vinha acompanhada das prescrições de gênero e demarcar as possíveis diferenças da violência sofrida por ambos os grupos. Para tanto, serão realizadas entrevistas com homens os quais também estiveram presos e foram torturados no período do regime.

É interessante observar que o silenciamento, apesar de uma integrante ter se negado a conceder entrevista, não ocorreu de maneira concreta e recorrente. Contudo, deve-se ter em conta o local através do qual esses depoimentos foram conseguidos. O GTNM, como citado anteriormente, é um espaço para que o tema seja abertamente discutido. Desse modo, espera-se que as pessoas que compõe o mesmo estejam dispostas a falar. O caso da militante que optou por não falar está mais relacionado – segundo o discurso da mesma – a um descrédito em relação ao que seu depoimento pode acrescentar, do que um silenciamento que visa esquecer ou evitar o assunto.

Deve-se destacar, portanto, que as entrevistas analisadas foram concedidas por pessoas que desejam ter voz. Apesar do sofrimento, o qual se acentua ainda mais no caso das mulheres, dada a natureza da tortura e a dificuldade de expor tais práticas, o silêncio parece ser ainda pior. Levar as histórias ao conhecimento público é a maneira que elas tem de impedir que novas formas de violências continuem a ser praticadas pelo Estado. Desse modo, falar sobre a sua militância é uma forma de continuar militando. Este último objetivo é responsável por levar a estas pessoas a vencerem o sofrimento e o silêncio.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

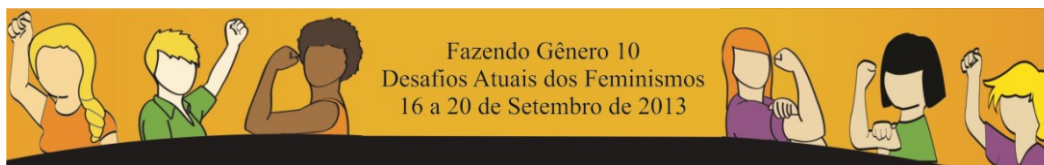
COIMBRA, C. Gênero, militância, tortura.. In: Ferrez, E. (Org.). 68 a geração que queria mudar o mundo: relatos. Brasília: Ministério da Justiça / Comissão de Anistia, 2011.

DAS, Veena. Life and words: violence and the descent into the ordinary. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____. Violência, gênero e subjetividade. Cadernos Pagu 37, julho-dez 2011.

_____. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 1999, vol.14, n.40, pp. 31-42.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: SANTOS, Myrian Sepúlveda; CHAGAS, Mario de Souza; ABREU, Regina (org.). Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.



FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo da experiência democrática – da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada. In: XX ANPOCS, 1996, Caxambu. XX ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1996.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina” Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.18, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social; Rev, Sociol, USP, São Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 4.

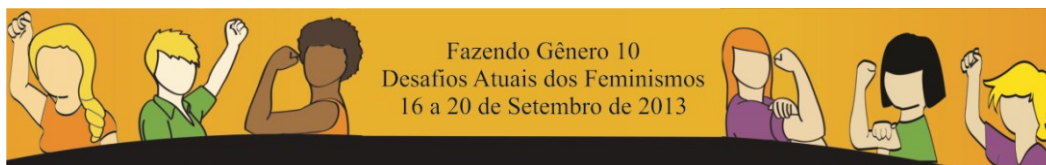
SOIHET, Rachel. Feminismo ou Feminismos? Uma Questão no Rio de Janeiro nos Anos 1970/1980. In: Cristiani Bereta da Silva; Gláucia de Oliveira Assis; Rosana C. Kamita. (Org.). Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, v. 1, p. 17-30.

_____. Cisões, Alianças e Sucessos dos Feminismos no Rio de Janeiro. Anos 1970-1980. Revista la manzana de la discordia, v. Nº 3, p. 37-53, 2007.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1991.

Suffering, gender and politics

Abstract: During the civil-military dictatorship in Brazil, women were included in the scenario of militancy and armed combat against the regime. It is assumed that women's participation was led by an attempt to change the traditional gender roles. Brazilian social memory, however, has not recovered the contents of the dictatorial regime that endured the country. Importantly, the construction of memory, whether individual or collective, faces in Brazil crackdown on political speech – mainly controlled by spheres of power such as the state, elites and media. Furthermore, specifically concerning women, there is also repression due to gender hierarchy. Therefore, through interviews with the group *Tortura Nunca Mais*, in Rio de Janeiro, this work aims to analyze, in a comparative way, how men and women who were tortured face the forms of violence suffered. Guided by a theoretical reflection on gender, it intends to notice if there are specific ways of



understanding what really happened and if it connects or not to the different male and female universes.

Keywords: Gender. Suffering. Civil-military dictatorship.